



— BALANÇO —

**2019**





— BALANÇO —

**2019**



Apresentação .....	06
Principais números da AGU .....	08
Economia e cofres públicos.....	10
Combate à corrupção .....	11
Redução da litigiosidade .....	12
Impacto social .....	13
Gestão.....	14
Orientação jurídica .....	15

# APRESENTAÇÃO

O ano de 2019 ficou marcado pela adoção de um amplo conjunto de iniciativas para recuperar o equilíbrio fiscal do Estado brasileiro e a capacidade de crescimento e investimento da economia do país. Como exemplo, citam-se a mudança das regras de aposentadoria e a intensificação dos leilões de concessão de infraestrutura. Neste contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) consolidou o papel fundamental que assumiu como a grande fiadora jurídica de tais medidas, evitando que elas fossem prejudicadas por empecilhos judiciais.

O compromisso com o cumprimento eficaz desta missão foi reforçado pela criação de equipes especializadas. Nesse sentido, forças-tarefas passaram a monitorar de forma ininterrupta tribunais de todo o país para atuar de forma célere e fundamentada em ações contra a Nova Previdência e os leilões de concessões.

A busca por soluções mais ágeis e inovadoras para os entraves jurídicos também foi estendida a outras áreas. No combate

à corrupção, por exemplo, somente em 2019 foram celebrados, em conjunto com a Controladoria-Geral da União (CGU), cinco acordos de leniência com empresas que praticaram atos ilícitos. Tais acordos possibilitarão o pagamento de R\$ 7,5 bilhões aos cofres públicos e entidades públicas lesadas por atos de corrupção sem a necessidade de processos judiciais que se arrastariam por anos em um sobrecarregado Judiciário. Da mesma forma, a instituição adotou uma série de medidas para chegar a uma conciliação e/ou deixar de recorrer em processos nos quais cidadãos têm direito a receber algum valor ou benefício da União ou de entidades públicas como o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O objetivo destas e de outras iniciativas é prestar um serviço de excelência não só para o Estado brasileiro (contribuindo para a superação de alguns dos seus mais complexos desafios), mas especialmente para o conjunto dos cidadãos, que devem sempre ser o foco dos esforços da AGU.

**André Luiz de Almeida Mendonça**  
*Advogado-Geral da União*



# PRINCIPAIS NÚMEROS DA AGU

R\$ **496,35** bilhões  
**IMPACTO ECONÔMICO DA  
ATUAÇÃO DA AGU, SENDO:**

R\$ **233,41** bilhões  
EM INVESTIMENTOS DE INFRAESTRUTURA GARANTIDOS

R\$ **219,3** bilhões  
ECONOMIZADOS JUDICIALMENTE

R\$ **36,14** bilhões  
ARRECADADOS E RECUPERADOS

R\$ **7,5** bilhões  
A SEREM PAGOS DECORRENTES  
DE ACORDOS DE LENIÊNCIA





**273**  
PROCESSOS DE ÓRGÃOS FEDERAIS NA  
CÂMARA DE CONCILIAÇÃO DA AGU

R\$ **48,6 milhões**  
ECONOMIA ANUAL EM RENEGOCIAÇÃO  
DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

**17,7 milhões**  
ACERVO DE AÇÕES JUDICIAIS

**200 mil**  
ACORDOS CELEBRADOS  
número **23% maior** em relação a 2018

# ECONOMIA E COFRES PÚBLICOS

## REVISÃO DE ANISTIAS

Obtida no STF autorização para rever anistias concedidas indevidamente a 2,5 mil cabos da Aeronáutica. Economia gerada com pagamentos que seriam feitos aos ex-militares nos próximos anos ultrapassa a cifra do bilhão.

## SALÁRIOS DE SERVIDORES

Evitado no Supremo que Poder Executivo fosse obrigado a indenizar servidores públicos se não encaminhasse ao Congresso Nacional projeto de lei propondo revisão anual dos vencimentos. A título de exemplo, um reajuste de apenas 1% sobre a folha de pagamento da União, retroativo a janeiro de 2018, causaria impacto econômico de R\$ 1,64 bilhão.

## LEILÕES

Força-tarefa montada para dar segurança jurídica aos leilões de infraestrutura evitou que eles fossem prejudicados por questionamentos judiciais, o que possibilitou a concessão de campos de petróleo e gás, de energia, rodovias, portos e aeroportos, com destaque para a licitação da cessão onerosa de áreas do pré-sal que arrecadou R\$ 69,9 bilhões.

## PETROBRAS

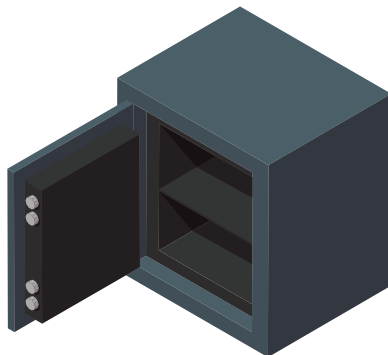
Obtido o reconhecimento do Supremo Tribunal Federal (STF) de que não é necessária autorização legislativa específica para cada operação de venda de empresas subsidiárias e controladas de estatais. A decisão possibilitou que a Petrobras recebesse injeção de US\$ 8,6 bilhões com a venda da Transportadora Associada de Gás (TAG).

## PLANO REAL

Confirmada junto ao STF a constitucionalidade de dispositivo da lei (nº 8.880/94) que disciplinou a forma de correção monetária nos dois primeiros meses de vigência do Real. Além de garantir segurança jurídica ao Plano Real, ações movidas contra o Banco Central poderiam gerar desembolso de quase R\$ 2,5 bilhões.

## NOVA PREVIDÊNCIA

Força-tarefa criada para defender as mudanças nas regras de aposentadoria assegurou que a tramitação da proposta pelo Congresso Nacional não sofresse empecilhos judiciais. Capacitação de membros da equipe sobre as novas regras e como fortalecer as linhas de defesa. Uma vez aprovada a emenda, a equipe passou a atuar nas ações movidas por associações de servidores contra a Nova Previdência. Até o momento, a AGU atua em seis processos que tramitam no Supremo Tribunal Federal.



# COMBATE À CORRUPÇÃO

## LENIÊNCIA

Em conjunto com a Controladoria-Geral da União (CGU), foram celebrados em 2019 cinco acordos de leniência com empresas envolvidas em corrupção por meio dos quais elas se comprometeram a pagar R\$ 7,5 bilhões aos cofres públicos e entidades públicas prejudicadas pelos atos ilícitos. São elas: OAS, Nova Participações (Antiga Engevix), Camargo Corrêa, Technip (resultando na primeira negociação global no âmbito da Lava-Jato) e Braskem. Ao todo, 11 acordos assinados já garantiram o retorno de R\$ 3,11 bilhões, sendo R\$ 1,6 bilhão somente em 2019.

## VALORES RECUPERADOS

Homologado pelo Supremo acordo que destina para políticas públicas R\$ 2,6 bilhões recuperados pela Operação Lava Jato, sendo R\$ 1,6 bilhão para a educação e R\$ 1 bilhão para o combate ao desmatamento e incêndios na Amazônia.

## EQUIPES ESPECIALIZADAS

Criadas equipes regionais de advogados da União para atuar em regime de dedicação exclusiva em ações de combate à corrupção, além de grupo dedicado a mover processos com base nas informações de irregularidades obtidas por meio de colaborações em acordos de leniência.

## IMPROBIDADE

Previsão de que ao final do ano tenham sido ajuizadas mais de 200 ações de improbidade administrativa para cobrar R\$ 4,1 bilhões de autores de irregularidades, quase seis vezes que os R\$ 700 milhões cobrados em ações ajuizadas em 2018.



# REDUÇÃO DA LITIGIOSIDADE

## NEGOCIAÇÃO ONLINE

Mais um passo que pretende facilitar a vida dos cidadãos por meio da tecnologia. As Centrais de Negociação, que em 2019 passaram a funcionar na internet, permitem propostas de conciliação antes de o caso ir parar na Justiça e a conclusão de processos já em tramitação. Desde 2013, cerca de 50 mil acordos geraram economia superior a R\$ 4 bilhões.

## ABSTENÇÕES DE RECURSOS

Graças à elaboração de orientações reconhecendo a jurisprudência contrária à União e entidades federais nas instâncias superiores, a AGU deixou de recorrer em 621,9 mil ações judiciais, reconhecendo o direito dos cidadãos. Dezenove pareceres referenciais e notas de dispensa de recurso foram aprovados somente este ano. Taxa de recursos evitados em matéria de servidores civis e militares foi de 62% em 2019.

## ACORDOS

Com o objetivo de pôr fim a processos e gerar economia aos cofres públicos, 200 mil acordos celebrados pela AGU já foram homologados pela Justiça em 2019, sendo 181,8 mil em matérias previdenciárias. Cerca de R\$ 2,2 bilhões foram economizados com os acordos, considerando custos processuais, estimativa de duração do conflito e deságio em pagamentos.

## FIM DE CONFLITO ANTIGO

Pouco mais de R\$ 1,2 bilhão retornará aos cofres públicos por meio de acordo celebrado com a Ferrovia Centro Atlântica (FCA), que reconheceu irregularidades na prestação de serviços durante concessão de transporte ferroviário de carga e de passageiros. Acordo põe fim a conflitos na Justiça que ocorriam desde 2004.

## DESJUDICIALIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA

Criação da Estratégia Nacional para Desjudicialização para a Previdência Social, com o objetivo de reduzir o volume de ações previdenciárias. AGU atuará conjuntamente com STF, Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ministério da Economia, Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e Defensoria Pública da União. Acordo de cooperação técnica permitirá intercâmbio eletrônico entre as bases de dados do CNJ, INSS e Ministério da Economia visando encontrar e solucionar principais causas dos litígios.

## PLANOS ECONÔMICOS

Cerca de 95 mil acordos entre bancos e poupadores já foram efetivados, resultando no pagamento de R\$ 1,4 bilhão. Embora não seja parte das ações judiciais, a AGU colaborou diretamente para a homologação do acordo no Supremo Tribunal Federal e tem atuado para fomentar novas adesões, mediando o diálogo entre instituições como Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo) e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

## DIÁLOGO COM ENTES FEDERATIVOS

Criada coordenação-geral para lidar com assuntos de interesse de estados e municípios em ações no STF. Monitoramento e trabalho proativo junto aos ministros resultou em decisões que evitaram o pagamento de indenizações e precatórios de mais de R\$ 6,2 bilhões. Atuação da Secretaria-Geral de Contencioso da AGU estreitou relações institucionais com a Secretaria do Tesouro Nacional e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

# IMPACTO SOCIAL

## BRUMADINHO

Decisão judicial obtida pela AGU permitiu que operadoras de telefonia fornecessem dados sobre os sinais dos aparelhos das pessoas que estavam na área atingida pelo rompimento da barragem. A AGU também obteve decisão para viabilizar o custeio de exames na qualidade da água da região fornecida aos moradores e celebrou acordo para que a Agência Nacional de Mineração amplie capacidade de fiscalização de barragens de mineração. Mais de R\$ 42 milhões serão investidos na agência até 2021.

## ENEM

Equipe formada por 130 procuradores federais em todo o país atuou em regime de plantão antes e durante os dois fins de semana de aplicação da prova, evitando liminares que pudessem alterar o cronograma do exame. Trabalho em mais de 60 ações individuais e coletivas garantiu que os custos com a realização do Enem, de R\$ 535 milhões, não fossem desperdiçados. Trabalho da AGU e do ministério da Educação junto ao Tribunal de Contas da União resultou na autorização do contrato de impressão das provas, mantendo calendário regular do exame.

## SAÚDE

Ajuizada ação contra principais fabricantes de cigarros para que elas sejam obrigadas a ressarcir as despesas do SUS com o tratamento de doenças causadas pelo consumo de tabaco.

## AMAZÔNIA

Dezesseis ações civis públicas ajuizadas pela Força-Tarefa em Defesa da Amazônia contra 33 grandes desmatadores para cobrar o pagamento de meio bilhão de reais. Processos pedem reflorestamento total das áreas danificadas, indenização e ressarcimento por benefícios econômicos obtidos de forma ilícita. Outras 12 multas administrativas que já eram cobradas na Justiça terão prioridade na equipe, buscando o pagamento de R\$ 206 milhões por infrações ambientais.



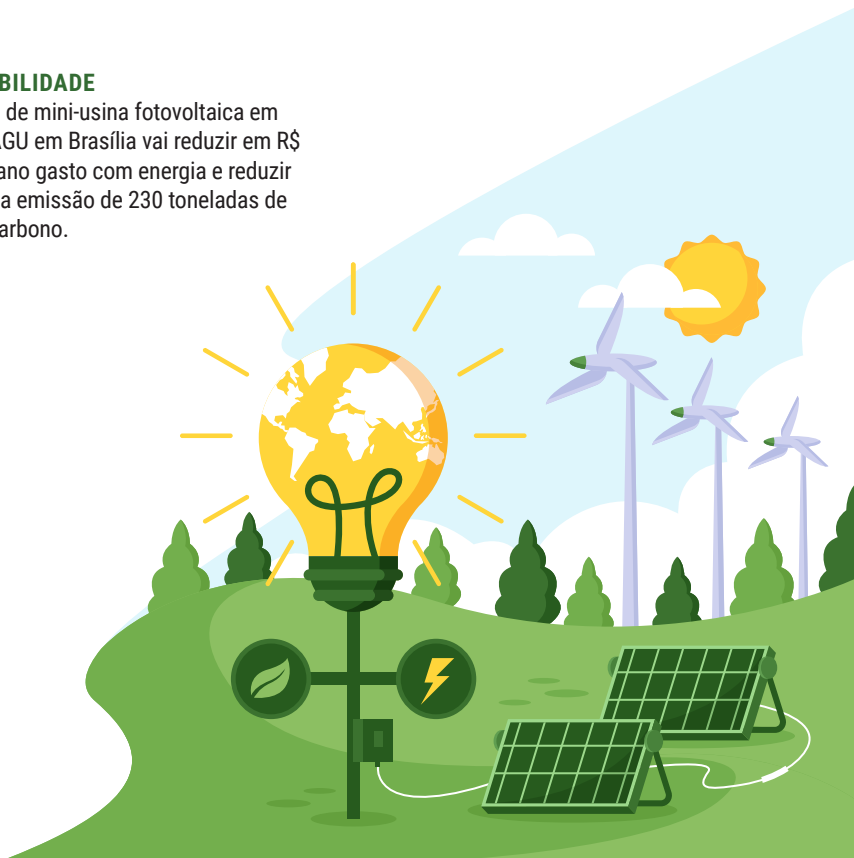
# GESTÃO

## REDUÇÃO DE DESPESAS

Renegociação de mais de 130 contratos administrativos, envolvendo gastos como locação de imóvel, serviço de limpeza, telefonia e apoio administrativo, dentre outras, possibilitaram economia anual de cerca de R\$ 49 milhões em despesas. Processos instaurados nos últimos 13 meses objetivando devolver valores recebidos indevidamente, como diárias, bens extraviados ou cursos não realizados, geraram reposição efetiva à União de R\$ 2,2 milhões.

## SUSTENTABILIDADE

Inauguração de mini-usina fotovoltaica em edifício da AGU em Brasília vai reduzir em R\$ 300 mil por ano gasto com energia e reduzir anualmente a emissão de 230 toneladas de dióxido de carbono.



# ORIENTAÇÃO JURÍDICA

## ASSESSORAMENTO

Realizadas ao longo deste ano 294,8 mil manifestações jurídicas – entre pareceres, notas e manifestações – no âmbito das atividades de assessoramento jurídico da União, incluindo oito pareceres vinculantes, ou seja, que devem ser observados por toda a administração pública federal. Entre eles, o que estabelece que órgãos de controle como a Polícia Federal e os tribunais de contas podem ter acesso a informações sobre empréstimos envolvendo recursos públicos, retirando destas situações o sigilo bancário.

## MANUAIS

Atualizados modelos de editais de licitações e contratos para adequação às mudanças legislativas e jurisprudenciais.

## PASSIVO ZERADO

Realização e conclusão de todas (cerca de duas mil) tarefas de consultoria jurídica de anos anteriores que estavam pendentes.









**Deine Suruagy**  
Assessora Especial de Comunicação

**Danilo Almeida**  
Chefe da ASCOM

Coordenação:  
**Paulo Victor Chagas**  
**Raphael Bruno**  
**Uyara Kamayurá**  
**Wilton Castro**

Diagramação e projeto gráfico:  
**Carlos Eduardo Veloso**



